

Energia nas Relações UE-Rússia: um Estudo Exploratório de Segurança Ontológica*

Maria Raquel Freire

Professora Associada com Agregação na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES-FEUC), Jean Monnet Chair e Coordenadora do Centro de Excelência Jean Monnet na Universidade de Coimbra e Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade de Santa Catarina, Brasil. Doutorada em Relações Internacionais pela Universidade de Kent é atualmente a Diretora do Programa de Doutorado em Política Internacional e Resolução de Conflitos – International Politics and Conflict Resolution, CES-FEUC (FCT funded programme). É ainda membro do Conselho Executivo da Direção da European International Studies Association (EISA). Tem vasta obra publicada, distribuída por artigos em diversas revistas científicas de referência e é autora e coautora em diversos livros e capítulos de livros científicos.

Resumo

Este artigo analisa as relações entre a União Europeia (UE) e a Rússia em matéria de energia, com particular enfoque no gás natural, sob uma perspectiva de análise de segurança ontológica. Com base na evolução destas relações, com momentos de cooperação e competição, e com um registo de transformação de uma leitura economicista da energia para uma leitura geopolítica e securitária da mesma, o artigo visa perceber de que modo a perceção de segurança vem moldando políticas e práticas. Uma abordagem de (in)segurança ontológica permite perceber como os atores se auto-definem e têm vindo a lidar com incerteza e ansiedade causada pelo desacordo nesta matéria e a sua tradução em medidas concretas de retaliação em termos de preços, volume de abastecimentos, contratos comerciais, e identificação de alternativas – com impactos nacionais e transnacionais. O artigo argumenta que a perceção de insegurança ontológica na Rússia e na UE tem vindo a marcar esta relação, reforçando narrativas de afirmação de autonomia numa lógica interdependente assimétrica, que têm contribuído para maior ansiedade, e logo para continuidade nestas perceções de insegurança.

Abstract

**Energy in EU-Russia Relations:
an exploratory study**

This article analyses energy relations between the European Union (EU) and Russia, with a particular focus on natural gas, from an ontological security perspective. Starting from the evolution of these relations, marked by cooperation and competition, and the transformation of an economic reading of energy to a geopolitical and security one, the article aims to understand how the perception of security has been shaping the policies and practices of these two actors. An ontological (in)security approach allows us to understand how actors define themselves (the self) and have been dealing with uncertainty and anxiety caused by disagreement in energy matters. It also allows to look at the translation of policies into concrete practices, such as retaliation measures in terms of prices, volume of supplies, trade contracts, and identification of alternatives – with national and transnational impacts. The article argues that the perception of ontological insecurity in Russia and the EU has been marking this relationship, reinforcing narratives of affirmation of autonomy in an asymmetrical interdependent logic, which have contributed to greater anxiety, and thus to continuity in these perceptions of insecurity.

* A presente publicação resulta do apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa, ao abrigo do Projeto Estratégico (UID/SOC/50012/2019).

Introdução

Este artigo analisa as relações entre a União Europeia (UE) e a Rússia em matéria de energia, com particular enfoque no gás natural, sob uma perspectiva de análise de segurança ontológica. Com base na evolução destas relações, com momentos de cooperação e competição, e com um registo de transformação de uma leitura economicista da energia para uma leitura geopolítica e securitária da mesma, o artigo visa perceber de que modo a perceção de segurança vem moldando políticas e práticas. Uma abordagem de (in)segurança ontológica permite perceber como os atores se autodefinem e têm vindo a lidar com incerteza e ansiedade causada pelo desacordo nesta matéria e a sua tradução em medidas concretas de retaliação em termos de preços, volume de abastecimentos, contratos comerciais, e identificação de alternativas – com impactos nacionais e transnacionais. O artigo argumenta que a perceção de insegurança ontológica na Rússia e na UE tem vindo a marcar esta relação, reforçando narrativas de afirmação de autonomia numa lógica interdependente assimétrica, que têm contribuído para maior ansiedade, e logo para continuidade nestas perceções de insegurança.

O artigo começa por desenvolver o quadro teórico de análise que informa este estudo, centrado numa perspectiva de segurança ontológica, mapeia em seguida a evolução das relações em matéria energética entre a UE e a Rússia, e concretiza com uma breve análise do caso da Ucrânia, que ilustra a dinâmica de tensão e a perceção de insegurança ontológica que premeia estas relações. O texto conclui que o contexto de grande tensão e volatilidade onde a relação UE-Rússia em matéria energética se desenvolve, com a guerra na Ucrânia como pano de fundo, revela incerteza e ansiedade no coletivo, traduzidas em sentimentos de insegurança ontológica.

As narrativas autobiográficas em torno da energia na União Europeia e na Ucrânia procuram afirmar estes atores como promotores de segurança regional, projetando a mesma no nível interno e externo, e sublinhando a nível discursivo um estatuto de autonomia e adaptabilidade que permita leituras de reforço securitário do seu posicionamento. No entanto, a ansiedade que se mantém entre as partes reflete-se na perceção de insegurança ontológica a resultar em competição por maior influência, presença e capacidade negocial, num contexto disruptivo, que contribui para uma espiral de desconfiança e receio face ao “outro” que tem estado bem patente nas políticas e nas ações. De facto, a geopolitização da energia e a sua leitura securitária têm trazido novos desafios à gestão da relação energética ao ancorá-la muito além de questões especificamente económicas, onde uma leitura de segurança ontológica permite perceber como a dimensão de ansiedade e rutura autobiográfica associada à energia tem levado à alteração de narrativas numa lógica de reforço de diferenciais, que acaba por agudizar a distância entre as partes. Apesar de momen-

tos de cooperação, como a negociação dos Pacotes de Inverno demonstra, a insegurança ontológica está muito presente nestas relações. Por um lado, esta percepção força as partes a alterar as suas narrativas numa lógica de construção de segurança ontológica, abrindo espaço para políticas de diversificação e investimentos que permitam maior segurança e eventualmente novos modelos de integração e cooperação regional, mas por outro lado, a incapacidade de desenvolver um diálogo mais construtivo em matéria energética, face ao contexto securitizado em que o gás natural é discutido, bloqueando eventuais oportunidades de maior cooperação e dificultando as possibilidades de definição de um regime de segurança energética para a Europa alargada, parece prevalecer.

Segurança Ontológica: Quadro de Análise

A segurança/insegurança ontológica refere-se à ausência/existência de ansiedade e receio com impacto na autonomia de um ator (Laing citado em Kinnvall *et al.*, 2018, p. 251). Segurança ontológica pode ser entendida como a capacidade reflexiva de adaptar rotinas e sistemas de significado a novas situações, a fim de superar ansiedades e medos, o que pode levar a reajustes não apenas no próprio ator (*self*), mas também na narrativa de identidade que é articulada e se torna parte do processo de identificação de como nos queremos definir (Browning e Joenniemi, 2017). Trata-se então de um processo que nos permite melhor entender a capacidade de ajuste a mudanças, ou contextos de incerteza, traduzidos na dimensão discursiva e narrativa. Como não há um conceito de segurança europeia homogêneo, onde também não existe uma identidade única, a ideia de pluralidade é central às análises. No caso da segurança europeia em matéria de energia, do ponto de vista da UE e da Rússia, o discurso parece estar orientado para a fórmula “o outro como ameaça”, seguindo o entendimento de que a questão da energia coloca ameaças concretas ao bem-estar do coletivo.

Vários autores têm trabalhado segurança ontológica neste “nível coletivo” (Browning, 2018; Hansen, 2016; Kinnvall, 2006; Mitzen, 2006; Steele, 2008; Zarakol, 2010 e 2017), onde a autoidentificação é um ponto de referência central da forma como nos sentimos ameaçados ou ao invés reforçados na nossa própria identidade. As rotinas tornam-se parte deste processo de autoidentificação e as narrativas autobiográficas tornam-se legitimadoras do próprio ator na sua existência e continuidade – neste caso em particular, na forma como os atores se autodefinem enquanto promotores de segurança. Estas narrativas autobiográficas são definidas em documentos fundamentais, analisados mais adiante, como por exemplo, e entre outros, a Carta Europeia da Energia no caso da UE, ou a Estratégia Nacional de Energia até 2030 no caso da Rússia. Ao delinearem prioridades e definirem a identificação do ator com determinada prática, estes documentos vão criando a narrativa autobiográfica que

permite perceber orientações e prioridades, que com base nas políticas e ações implementadas se reforçam ou alteram. Numa perspectiva de segurança ontológica a manutenção da rotina e estabilidade prevalece, cumprindo os objetivos definidos e permitindo uma posição autodefinida como autónoma. Quando a rotina é quebrada e a incerteza e ansiedade pautam a leitura de determinado contexto, então estamos perante uma situação de insegurança ontológica. Esta leva os atores a procurarem reorientar estratégias para repor a narrativa ou levam mesmo a alteração desta e do posicionamento político, resultando num reposicionamento onde o *self* recupera o sentimento de segurança.

O percurso que a Ucrânia faz em termos da sua relação com a Rússia de um contexto de proximidade nas relações para um estado de guerra ilustra a mudança fundamental na narrativa de identidade de “proximidade” para “inimizade”. A ansiedade causada pela ação e narrativa política russa, com a anexação da Crimeia a materializá-la, forçou a adaptação ucraniana relativamente ao seu sistema de autoidentificação. A própria narrativa autobiográfica foi revertida, da imagem histórica comum com a Rússia, para uma nova narrativa de antagonismo e distanciamento face ao passado. A resistência política, como resultado da anexação da Crimeia, veio reforçar esta nova narrativa biográfica da Ucrânia em relação à Rússia, ao consolidar a narrativa nacional na Ucrânia, como sendo autónoma, diferenciada e independente da Rússia. Isto significa que “a segurança ontológica não é apenas uma questão de estabilidade, mas também de adaptabilidade, ou seja, abertura e capacidade para lidar com mudanças” (Browning e Joenniemi, 2017, p. 32).

No caso das relações entre a Rússia e a UE, a tendência parece ser de afastamento e de cristalização de narrativas autobiográficas diferenciadas, assente em visões distintas de segurança europeia e de como se posicionam como atores promotores de segurança, em particular neste caso relativamente a questões de energia. A energia ilustra este diferencial construído em torno de ansiedade e receio, que tem promovido alteração na narrativa discursiva de modo a repor segurança ontológica num contexto de insegurança, como analisaremos mais em detalhe no texto. Contudo, no processo de garantirmos segurança ontológica, estamos muitas vezes a criar insegurança ontológica para outros (Croft e Vaughan-Williams, 2017, p. 25). Neste sentido, podemos criar situações de reforço continuado de insegurança ontológica, o que parece estar muito presente no atual contexto das relações UE-Rússia e Ucrânia, traduzindo-se em medidas de retaliação, cortes de abastecimento, alteração de políticas de preços, entre outros. Acresce ainda que a construção da narrativa do ator, procurando reforçar comportamentos rotinizados e a continuidade biográfica, pode ser desafiada tanto internamente através de um processo autorreflexivo quanto por desafios externos. No caso da Ucrânia, por exemplo, a reconstrução narrativa pós-Crimea de afirmação da identidade nacional ucraniana resultou tanto do processo autorreflexivo que reposiciona a matriz identitária, como da ame-

ação externa traduzida no posicionamento agressivo russo. O processo de mudança contínua do ator e do contexto em que este interage significa que o sentimento de segurança e insegurança ontológicas estará sempre presente na manutenção e na readaptação das rotinas.

Esta abordagem de segurança ontológica às relações em matéria de energia UE-Rússia permite um olhar diferenciado sob a forma como a concetualização de segurança e insegurança pode ser lida a partir de rotinas e narrativas autobiográficas, e como estas se vão adaptando ou mesmo reinventando de forma a responder a sentimentos de insegurança ontológica; como a autorreflexividade e dimensão contextual afetam a ansiedade do ator e a sua capacidade de resposta a incerteza e ameaças; e como a Ucrânia se torna foco de competição revelando ansiedade e insegurança ontológica na UE e na Rússia, bem como na própria Ucrânia, associada a receios de autodefinição identitária e posicionamento estratégico no contexto europeu. Como refere Ian Manners (citado em Kinnvall *et al.*, 2018, p. 251), uma abordagem de segurança ontológica permite olhar coletivos, como os Estados europeus e a UE, e perceber como estes sentem e experienciam alienação, ameaça, desespero, ou esperança e alegria. No caso da UE, segundo o autor, permite analisar questões relativas ao seu papel enquanto provedora de segurança, como comunidade de segurança, e/ou como projeto de paz onde vários mitos, símbolos, e imaginação são projetados. Seguindo este mesmo racional, no caso da Rússia podemos dizer que se procura perceber o seu papel enquanto provedora de segurança regional, o seu estatuto e reconhecimento enquanto grande potência no espaço europeu alargado, e para os quais também mitos, símbolos e imaginação contribuem. Como é que as narrativas sobre segurança energética impactam as relações internacionais e o contexto doméstico, e de que forma as biografias nacionais e dinâmicas de competição têm contribuído para sentimentos de insegurança ontológica são assim centrais à análise. Esta permite também melhor compreender as ansiedades geradas nestes atores e em países de trânsito, como por exemplo a Ucrânia, bem como as consequências da incapacidade de gerir estas mesmas ansiedades e insegurança, nomeadamente na replicação de inseguranças. Questões que as próximas secções analisam.

Relações UE-Rússia e (In)Segurança Energética¹

O mapa dos gasodutos e a forma como este foi sendo desenhado torna a relação UE-Rússia em matéria de energia incontornável, e dificulta a alteração deste mapa

1 A dimensão histórica na relação UE-Rússia e relativamente à Ucrânia, bem como a análise de aspetos legais nestas relações, assenta em estudos prévios, em particular Freire (2019, 2018 e 2012).

face a especificidades técnicas associadas às infraestruturas de abastecimento. De facto, é no período de Guerra Fria que a infraestrutura de abastecimentos se constrói e acaba por criar uma lógica de grande interdependência entre as então Comunidades Europeias e a União Soviética, com a energia a ultrapassar o racional securitário que dominava as relações de então (Hogselius, 2013, p. 6). Só em finais dos anos 1990 a construção de rotas alternativas começa a ter lugar, também em face de maiores necessidades. É o caso da construção do gasoduto Yamal-Europa que atravessa a Bielorrússia e a Polónia até à Alemanha. Em 2003 o Blue Stream através do Mar Negro até à Turquia inicia a sua atividade e leva a uma redução para cerca de metade do trânsito via Ucrânia, e em 2011 o Nord Stream é inaugurado, ligando diretamente a Rússia à Alemanha através do mar Báltico (Götz, 2018). O OPAL – Ostsee-Pipeline-Anbindungsleitung –, gasoduto ao longo da fronteira leste alemã que liga o Nord Stream à rede de fornecimento da Europa ocidental está também a funcionar na sua plena capacidade após um período de restrições, de acordo com fontes da Gazprom (Reuters, 2017). Novos projetos estão em desenvolvimento, como o Nord Stream 2 ou o TurkStream². Em termos prospetivos o desenvolvimento da exploração de recursos na Península de Yamal permitirá à Rússia aumentar a sua capacidade de produção e fornecimento. As expectativas são de que a produção atinja 360 mil milhões de metros cúbicos de gás, 1,6 mil milhões de toneladas de gás condensado e 300 milhões de toneladas de petróleo (Gazprom, 2018).

Esta situação permite à Rússia aumentar os abastecimentos de gás à Europa ocidental através desta via, possibilitando a Moscovo uma alternativa ao fornecimento via Ucrânia. A narrativa em torno da energia na Rússia tem sido construída de uma posição de poder, com a capacidade energética a oferecer segurança ontológica na medida em que contribui para a autodefinição do *self* enquanto ator de relevo e com capacidade de ação e interferência nos processos. Esta dinâmica consolida-se com Putin na presidência, mas o facto de a Rússia se tornar manifestamente dependente dos recursos energéticos em termos económicos vai por seu turno constituir-se como fator de ansiedade, dado o impacto imediato da volatilidade de preços no desempenho económico do país, e portanto, na própria leitura da Rússia enquanto ator promotor de segurança energética e com um papel substantivo nesta matéria na Europa alargada. Os documentos estratégicos russos identificam esta fragilidade. Como forma de minimizar a incerteza que advém destas circunstâncias e reforçar a sua segurança ontológica a Rússia procura por um lado diversificar os seus mercados, e por outro assegurar que os abastecimen-

2 Para maior detalhe sobre a evolução destes projetos ver páginas oficiais dos mesmos. Nord Stream 2 disponível em <https://www.nord-stream2.com/> e TurkStream disponível em <https://www.gazprom.com/projects/turk-stream/>

tos que providencia na sua área de vizinhança e em trânsito para a União Europeia lhe garantem margem de manobra para pressionar contra desenvolvimentos que considere menos favoráveis. Esta política por seu turno gera incerteza e ansiedade na área de vizinhança e na UE, onde a narrativa em torno da energia tem assente em larga medida num discurso de dependência/interdependência que ora permite leituras de maior cooperação ora de competição. A incerteza resultante e que aliada a políticas concretas tem levado a problemas de abastecimento, como por exemplo nas denominadas “guerras do gás”, reforça sentimentos de insegurança ontológica dado o cariz vital destes recursos.

A UE tem feito um esforço de melhoria da sua rede de abastecimento aumentando capacidade e melhorando as conexões, e permitindo que esta não seja apenas *price-taker*, conseguindo melhores opções nestes processos (Bellomo, 2017). Deste modo, a questão da insegurança energética tem sido abordada em termos políticos, mas também técnicos, de forma a permitir um diálogo mais equilibrado com a Rússia. Aliás, vários estudos demonstram que a dependência da UE do gás natural russo não é tão dramática como muitas vezes apresentada, e que a dependência russa do mercado europeu torna de facto esta relação menos assimétrica, dadas as necessidades muito claras de mercados e rendimentos assegurados da parte russa (Casier, 2011; Kratochvíl e Tichý, 2013). Os novos projetos em curso, nomeadamente o TurkStream e o Nord Stream 2, que permitirão à Gazprom exportar para todos os mercados europeus e para a Turquia, sem passar por território ucraniano, têm gerado alguma contestação quer no seio da União face à desunião que revela, com destaque para o papel da Alemanha no processo, quer relativamente ao que estes projetos implicam em relação à Ucrânia. Contudo, os especialistas chamam a atenção para o facto de no caso de a procura aumentar esta solução não ter capacidade de resposta, e logo, não se poder excluir completamente o trânsito de gás via Ucrânia (Pirani, 2018a; Götz, 2018). De salientar ainda que o facto de Moscovo eventualmente acabar com os fluxos de energia via Ucrânia lhe retiram capacidade negocial e de influência sobre o país, o que certamente pesará na decisão política (Korteweg, 2018, 5).

As relações não têm sido fáceis, com a Rússia a definir a estratégia da UE de “anti-russa” (Feklyunina, 2008), fomentando uma política de divisão interna na UE, através da assinatura de acordos bilaterais, e usando pressão quer nos preços quer nos países de trânsito como forma de obter concessões e maior espaço de manobra. O Ocidente critica a Rússia por prosseguir uma abordagem de “dividir para governar”, particularmente visível nas suas relações com a UE, de pressionar os regimes no espaço pós-soviético, como a Ucrânia e a Geórgia, e de controlar as empresas no setor não permitindo maior abertura dos mercados. Esta política russa é entendida na UE como desafiadora e reforçando a imagem da Rússia como não confiável, suscitando perceções de insegurança ontológica no seio da UE (Freire, 2019). Por

seu turno, a Rússia entende que a sua política não se traduz no uso da energia como “arma” e que o aumento dos preços nos mercados mundiais responde diretamente aos seus interesses comerciais. O resultado tem sido uma espiral de desconfiança e incerteza que a guerra na Ucrânia veio agudizar, traduzindo insegurança ontológica no entendimento de que a rotina economicista da energia deu lugar a uma rutura securitária, seja numa perspectiva de produtor, de consumidor ou de país de trânsito, que questiona o papel autobiográfico destes atores como promotores de segurança.

Durante a presidência de Putin, a Rússia emergiu como o maior produtor mundial de gás natural, com uma produção total de 607,4 mil milhões de metros cúbicos (bcm) em 2007 e como o segundo maior produtor de petróleo depois da Arábia Saudita, com 9,98 milhões de barris por dia (bbl/d) de produção (Mankoff, 2009, p. 7). Dados de 2018 confirmam a Rússia como o terceiro produtor mundial de petróleo – a seguir aos Estados Unidos da América e Arábia Saudita – e o segundo de gás natural – a seguir aos Estados Unidos da América –, sendo que é o maior exportador mundial de gás e petróleo combinados (BP, 2019; Enerdata, 2019). Especialmente durante o segundo mandato da presidência de Vladimir Putin, a tendência de centralização de poder ganhou novos contornos, e a questão da energia foi assumida como um recurso fundamental à própria sobrevivência do Estado pelos ganhos económicos (Kudrin e Gurvich, 2015; Freire e Simão, 2015) e pela segurança que daí advém. Mas a Rússia torna-se também muito dependente dos recursos energéticos o que lhes confere um cariz económico, político e de segurança claro. Esta leitura vai acabar por se revelar nas políticas que a Rússia vai desenvolver para a sua vizinhança próxima, procurando manter capacidade de influência nas relações com estes países (Trenin, 2009; Newnham, 2011; Vladimirov e Stefanov, 2016), e donde a Ucrânia se vai tornar um caso paradigmático.

Vários acordos de partilha de produção (PSAs) e *joint ventures* com empresas estrangeiras foram cancelados, concessões e licenças de exploração de empresas privadas russas foram abolidas e houve mesmo casos de expropriações (Perovic, 2009, p. 9). Segundo Mankoff (2009, p. 9), a Royal Dutch Shell foi forçada a ceder a sua posição no projeto Sakhalin-2; a concessão da BP no campo de Kovykta foi comprada pela Gazprom após a BP ver a sua licença ameaçada pelo Kremlin; e um consórcio de proprietários estrangeiros vendeu a sua participação na exploração de Vankor, na Sibéria Oriental, para a Rosneft em 2003. Além de haver sérias restrições impostas a empresas estrangeiras que operam na Rússia, as empresas russas privadas também tiveram que se adaptar e respeitar as novas regras do Kremlin³. A eleição de

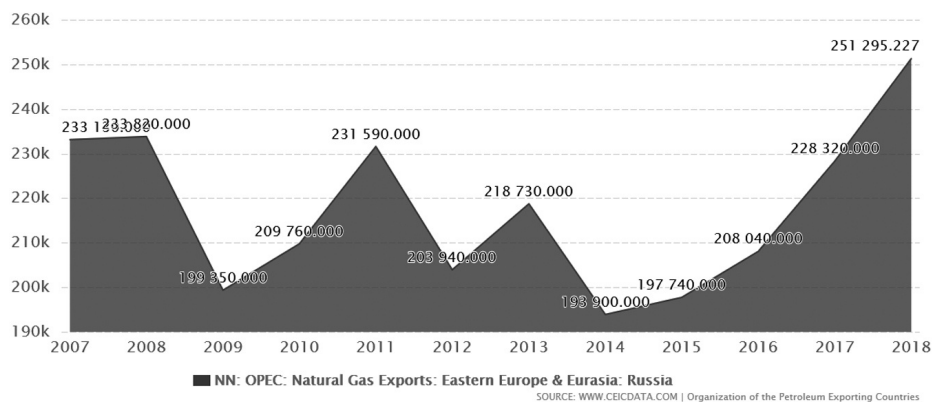
3 Ver por exemplo Newnham (2011).

Dmitry Medvedev como presidente da Rússia em março de 2008 significou continuidade nestas políticas, e o regresso de Vladimir Putin à presidência em 2012 reforçou esta linha.

A Estratégia Energética oficial da Rússia traduz estas alterações, adensando uma leitura geopolitizada e securitizada da energia, na medida em que refere que “a segurança energética é o elemento mais importante na segurança nacional da Rússia” indicando que o Estado deve assumir um papel ativo no setor a fim de proteger a Rússia contra ameaças internas e externas (Mankoff, 2009, p. 4). A leitura da questão no contexto de ameaça reforça a ideia de ansiedade que subjaz a este tema e promove insegurança ontológica. De facto, o documento “Estratégia Energética Russa até 2020” determina “formas de alcançar nova qualidade no complexo de combustível e energia, no crescimento da capacidade competitiva da produção e serviços no mercado mundial” e assume como diretrizes estratégicas “segurança energética, eficiência energética, eficiência orçamental e segurança energética ecológica” (Götz, 2005). A dimensão securitária vai sendo reforçada acompanhando uma tendência de geopolitização da energia, ou seja, o uso desta como forma de pressão ou incentivo em particular no espaço pós-soviético, mas com impacto no espaço europeu alargado.

Em novembro de 2009, o governo russo aprovou uma nova “Estratégia Nacional de Energia até 2030”, que substitui a anterior e procura responder a uma configuração diferente após a desaceleração económica de 2008. Prevê principalmente aumentar a produção de petróleo e gás e reduzir o consumo russo de energia através do investimento em técnicas de eficiência energética (MERF, 2010). Este novo documento é uma resposta a um contexto desfavorável resultante da crise financeira internacional de 2008 e que afetou fortemente os mercados de energia, reajustando a narrativa ao contexto. O documento vem reforçar os pressupostos da anterior Estratégia, mas acaba por sublinhar de forma mais enfática a dimensão de segurança associada a esta política. Além do mais, é reconhecida a necessidade de grandes investimentos para se alcançar maior segurança e eficiência, o que tem sido um enorme desafio. Segundo alguns, a modernização do setor implicaria investimentos na ordem dos 90 mil milhões de dólares americanos entre 2015 e 2035 (Kapustin e Grushevenko, 2018). O que o historial de exportações russas de gás natural demonstra é a existência continuada de momentos de ruptura, seja por crises mundiais seja por eventos como a guerra na Ucrânia, mas cuja implicação na economia e segurança do país é imediata. O gráfico 1 ilustra esta dinâmica, e como a dedicação orçamental necessária para a modernização do setor corresponde a um esforço económico enorme, num contexto de recuperação económica.

Gráfico 1



Fonte: CEIC, 2019.

Na consolidação das suas políticas em matéria energética, incluindo o mercado interno da energia (projeto iniciado em 2011), a UE foi reconhecendo a relevância das ligações internacionais e o facto de uma abordagem regional transnacional oferecer possibilidades de novos investimentos e novas parcerias (European Commission, 2014, pp. 14-16). A evolução da estratégia energética a nível da UE tem por objetivo a criação de uma União da Energia, no quadro da qual em maio de 2014 foi apresentada a Estratégia de Segurança Energética, e em outubro do mesmo ano foi acordado o Programa Quadro 2030 para o Clima e a Energia. O mercado interno da energia foi também em 2014 integrado neste projeto mais abrangente da União da Energia, com os relatórios de progresso a apontarem para avanços significativos num caminho ainda longo a percorrer⁴. Os projetos neste âmbito têm permitido a diversificação pretendida, por exemplo países como os Estados Unidos da América, Noruega e Qatar estão a abastecer a UE de gás natural liquefeito, apesar dos custos mais elevados em comparação ao gás russo. Contudo, os avanços no projeto Nord Stream 2 apontam também para o investimento russo que continua a ser feito no mercado da Europa ocidental (Politico, 2017). Os posicionamentos internos distintos entre os Estados-membros têm dificultado a coesão necessária à União da Energia, sendo o caso do Nord Stream 2 uma boa ilustração do modo como políticas unilaterais, apesar de preverem um objetivo mais alargado, neste caso o reforço do abastecimento de gás natural russo à UE, minarem consensos e a construção de uma verdadeira União em torno de todos os Estados-membros.⁵

4 Ver European Commission Energy Union and Climate (2018).

5 Para maior detalhe sobre questões internas à UE nesta matéria ver, por exemplo, Ringel e Knodt (2018).

A transição do *business as usual* para interpretações políticas e geopolíticas traduzidas nas “guerras do gás”, na “torneira como arma”, nos “petro-incentivos e petro-punições”, é ilustrativa de uma abordagem diferenciada. O contexto de desenvolvimento das relações UE-Rússia em matéria de energia acabou por revelar percursos diferenciados com interpretações distintas sobre segurança energética. Os processos de integração regional não se deram numa lógica de interdependência, mas antes de reforço de áreas de influência como forma de afirmar segurança ontológica face a entendimentos de que menor autonomia acarreta ansiedade, quebrando a rotina do *self* como decisor independente e com influência nestes processos. Assim, uma política de afirmação através de medidas de recompensa ou punição, tornou-se parte dos processos de auto-adaptação de modo a repor sentimentos de segurança ontológica face a ameaças decorrentes da própria dinâmica de segurança energética.

No entanto, ao quebrar a rotina de estabilidade no relacionamento produtor-trânsito-consumidor, envolta num contexto de desconfiança e onde medidas de retaliação adicionam ansiedade aos processos, a insegurança ontológica que daqui deriva acaba por se estender a todos os atores envolvidos nestes processos. Esta dinâmica levou a que os processos regionais assumissem uma lógica centrípeta autónoma, ou seja, UE-centrados ou Rússia-centrados (Freire, 2018), o que reforçou a insegurança ontológica em matéria energética. Esta lógica deriva não tanto de diferenciais normativos, mas antes do modo como estes atores se posicionam e percecionam em termos de segurança energética. De facto, “a UE e a Rússia tentam estabelecer um regime regulatório internacional/regional que responda aos seus objetivos; procuram reduzir dependência externa através da diversificação das importações/exportações de energia; visam controlar recursos importantes como depósitos ou acesso aos consumidores finais; tentam reduzir os riscos e aumentar os ganhos; e usam o setor energético como fonte importante de taxas necessárias para cumprir com obrigações sociais e continuar com o desenvolvimento económico” (Kaveshnikov, 2010, pp. 601-602). Ou seja, em termos práticos os objetivos em matéria energética não são muito diferentes; o que realmente difere é a interpretação e perceção de segurança ou insegurança entre estes atores, decorrente das políticas que implementam para alcançar os objetivos definidos.

O caso da Ucrânia ilustra bem estas perceções de insegurança e a ansiedade que advém das crises da energia, quer para a Ucrânia enquanto país de trânsito e muito dependente das rendas do trânsito de energia, bem como de preços abaixo do mercado, quer para a UE e Rússia apesar de se encontrarem em diferentes posições nesta equação – a primeira essencialmente como consumidora e a segunda maioritariamente como produtora. Além do mais, a questão da energia vem também sendo crescentemente ligada à própria afirmação da Rússia (Sharples, 2013, p. 686) enquanto potência relevante na Europa alargada, denotando uma política de poder,

associada a preocupações de segurança. Esta postura torna-se evidente nos momentos das crises do gás, por exemplo, onde o exercício de poder procura forçar um curso mais favorável a Moscovo, não apenas nos ganhos económicos, mas mais ainda no seu posicionamento estratégico enquanto ator central e indispensável nas questões da energia, e na sua afirmação como promotora de segurança na Europa alargada.

A posição da Gazprom no mercado europeu-UE é dominante, expondo os países europeus a pressão económica e política de Moscovo que usa a fragilidade interna na falta de coesão para avançar com a União Energética a seu favor, através da assinatura de acordos bilaterais. A discussão do Nord Stream 2 vem adicionar a esta questão (Brattberg citado em Bellomo, 2017). De acordo com o vice-presidente para a União da Energia Šefčovič, “este projeto levanta questões políticas – incluindo segurança energética, respeito pela legislação europeia e pelas nossas estratégias energéticas – ao mais alto nível. Sei que os promotores do projeto o apresentam como puramente comercial, mas nunca vi um projeto comercial ser tão intensamente debatido por líderes ao mais alto nível na UE, em tantas ocasiões e ao longo de tanto tempo. Parece claro que este é um projeto especial” (Taylor, 2018). As opiniões divergem, mas a questão geopolítica tem sido sublinhada por aqueles que contrariam o gasoduto como projetando a influência russa sobre as decisões energéticas europeias, incluindo política de preços e acesso a mercados (Koranyi, 2018). No entanto, a crise na Ucrânia e a união que esta gerou no seio da UE face à Rússia permitiu avanços em matéria energética. Maroš Šef ovi avança com uma estratégia que visa segurança, sustentabilidade, preço justo e competitividade e é parte de uma política de transição para uma UE com recurso cada vez menor a carbono (European Commission, 2015). A par desta política, a Estratégia de Segurança Energética reflete uma preocupação clara da parte da UE com uma situação que entende de vulnerabilidade face à dependência em matéria energética da Rússia. Apresentada em maio de 2014, esta Estratégia baseia-se no entendimento de que a UE importa mais de metade da energia que consome, nomeadamente 90% de petróleo e 69% de gás natural, sendo que vários países dependem de apenas um fornecedor, com alguns a dependerem totalmente da Rússia. “Esta dependência deixa [estes países] vulneráveis a interrupções no fornecimento, causadas quer por disputas políticas ou comerciais, ou por falhas na infraestrutura. Por exemplo, em 2009, a disputa de gás entre a Rússia e a Ucrânia, país de trânsito, deixou vários países europeus com problemas de fornecimento” (European Commission, 2018). Um estudo recente do Comité de Política Externa do Parlamento Europeu faz uma leitura na mesma linha de que a compra de energia à Rússia, descrita como um Estado autoritário, está a promover o desenvolvimento de uma política defensiva e agressiva na Rússia cujas implicações para a UE não podem ser descuradas. Este estudo caracteriza a relação energética UE-Rússia como de dependência da parte da UE,

reforçando desse modo percepções de insegurança ontológica (Korteweg, 2018, p. 4), ao implicar que o papel da UE enquanto promotora de segurança pode ser fragilizado.

Em 1997 a UE apresentou a Carta Europeia da Energia (Conselho e Comissão Europeia, 1997) com o objetivo de harmonizar legislação e procedimentos no setor energético, em particular com a Rússia. Apesar de versar sobre investimento estrangeiro, comércio e liberalização, acesso a redes de transporte, entre outros, e de longas negociações, a Rússia assinou mas não ratificou o documento. A Carta inclui medidas de adaptação à legislação vigente na UE, o que é entendido na Rússia como limitador da sua capacidade de ação e influência (Korteweg, 2018, p. 6). Contudo, o problema não se restringe à relação com a Rússia, mas tem contornos internos difíceis. Os países da UE têm sido criticados por protegerem as suas empresas, quando face à competição russa eventualmente maior cooperação intraeuropeia permitisse maior margem negocial (Korteweg, 2018, p. 22). Como analisado, o racional é mais político e de segurança do que económico. Mas a complexidade é grande porque se por um lado há o risco de a UE enfrentar a “arma energética” russa ou a pressão da Gazprom nos mercados, por outro, a Gazprom nada tem a ganhar se a percepção na Europa for de que se trata de uma companhia hostil e que não oferece garantias de confiabilidade (Korteweg, 2018, p. 22). A espiral de insegurança ontológica que daqui resulta acaba por contribuir para mais insegurança nas medidas de resposta que são implementadas. Os receios que advêm da leitura da estratégia russa de aumento de poder e influência a nível doméstico, na sua área de vizinhança, e na UE através do gás, parece esquecer o outro lado da questão, que é a importância vital dos rendimentos que a Rússia auferir da venda do seu gás. O intricado destas relações na forma como traduz ajustes às narrativas associadas ao papel de promoção de segurança, a nível interno e internacional, acaba por criar ansiedade e sentimentos de incapacidade que reforçam a percepção de insegurança ontológica – o *self* não consegue cumprir com o que é expectável em matéria de segurança energética. A competição que daqui resulta tem vindo a reproduzir sentimentos de insegurança, que marcam claramente as narrativas. Quanto à ratificação da carta energética não é expectável que a Rússia o faça no curto ou médio-prazo (Korteweg, 2018, p. 29). Isto significa que as narrativas autobiográficas assentes numa relação de estabilidade interdependente em matéria energética têm vindo a dar lugar a reposicionamentos mais autocentrados que sublinham diferenciais e remetem para a continuidade de dinâmicas de insegurança ontológica.

O Caso da Ucrânia

Na perspetiva da UE a alteração no padrão energético levanta importantes questões de sustentabilidade da procura com impacto na segurança energética da União.

As políticas de diversificação da UE em relação aos recursos russos são conhecidas, mas a rede complexa de gasodutos e oleodutos que liga a UE e a Rússia desde os tempos de Guerra Fria permanece uma infraestrutura estrutural nos abastecimentos, sendo importante para a Rússia como país produtor e para a UE como essencialmente consumidor. A guerra na Ucrânia e os desenvolvimentos políticos no país no sentido de uma maior aproximação ao Ocidente, incluindo através da assinatura do Acordo de Associação e do Acordo de Comércio Livre Alargado e Aprofundado com a UE⁶ em 2014 levaram a Rússia a optar por uma política de punição da Ucrânia.

Em termos políticos a anexação da Crimeia e o apoio aos movimentos no leste da Ucrânia que resultaram em violência que permanece até aos nossos dias, são a face mais evidente. Mas a dimensão energética assumiu-se aqui também como um elemento fraturante. Como importante país de trânsito, a economia ucraniana tem nos seus gasodutos e oleodutos uma importante fonte de rendimento. Na altura em que a UE propõe a assinatura do Acordo de Associação com a Ucrânia, em novembro de 2013, a Gazprom ofereceu ao governo ucraniano um desconto de 33% por 1000 metros cúbicos, de \$402 para \$268.5. Após a anexação da Crimeia, em abril de 2014 estes descontos deixaram de ser aplicados e o preço aumentou em 80%, para \$485 por metro cúbico, o preço mais elevado em toda a Europa (Van de Graafa e Colgan, 2017, p. 61). A Ucrânia deixou de importar gás diretamente da Rússia em novembro de 2015, após a política de reversão energética que permite que a UE reexporte energia para a Ucrânia (Götz, 2018; Reuters, 2016). Devido a trabalhos de reparação no gasoduto Nord Stream, a Gazprom aumentou em julho de 2019 o trânsito de gás para a Europa via Ucrânia em cerca de um quarto, correspondendo a cerca de 300 milhões de metros cúbicos por dia. Mais de um terço das exportações russas passam ainda pela Ucrânia, apesar das reduções nos abastecimentos através dessa via (Reuters, 2019). Mas esta é uma situação excepcional. Segundo Korchemkin (2019), o “programa de otimização” que a Gazprom tem em curso vai reduzir substancialmente o abastecimento de gás à fronteira Rússia-Ucrânia. De acordo com o autor, após a conclusão do Nord Stream 2, a capacidade de exportar gás russo para a Europa será diminuída em 85 mil milhões de metros cúbicos ao ano, o que tornará a UE mais vulnerável face à Rússia.

A diminuição nos abastecimentos tem naturalmente consequências económicas para a própria Rússia, mas a sua afirmação enquanto ator central que pode optar por maiores fornecimentos ou redução nos mesmos confere-lhe uma sensação de segurança ontológica, enquanto reforçando a insegurança ontológica no quadro da

6 A Ucrânia assinou o Acordo de Associação com a UE em março de 2014. Sobre o texto do acordo ver The European Union (2014). O Acordo de Comércio Livre Alargado e Aprofundado é parte do mesmo documento.

UE e na Ucrânia, com capacidade de influência limitada nestas dinâmicas. A leitura de que estes novos projetos são parte da estratégia russa de enfraquecer a Ucrânia e tornar a UE mais dependente⁷ traduz a insegurança ontológica na União e Ucrânia face ao reforço da postura russa em matéria energética. Neste contexto, há interesse em que os acordos de trânsito de gás russo pela Ucrânia sejam renegociados até dezembro de 2019, altura em que expiram e cuja consequência poderá ser a interrupção dos fornecimentos, com impacto negativo para todas as partes. Os desenvolvimentos políticos mais recentes que permitiram a troca de prisioneiros entre a Ucrânia e a Rússia, e abriram espaço para retomar negociações no formato Normandia entre a Rússia, Ucrânia, França e Alemanha relativas ao leste da Ucrânia, ainda sem desenvolvimentos concretos, poderão facilitar o quadro de negociações sobre energia. Contudo, as disputas legais que envolvem a Rússia e a Ucrânia constituem neste contexto um obstáculo sério a desenvolvimentos positivos (Stratfor, 2019). No entanto, fontes oficiais da UE têm comentado que a postura nas negociações tem sido construtiva, e que se espera evitar uma nova guerra do gás, mas o processo ainda decorre e os cenários de não acordo estão a ser traçados de forma a evitar disrupções alargadas (Brzozowski, 2019).

As narrativas russas e ucranianas estão extremadas, com a Ucrânia a acusar a Rússia de usar a energia como “arma” numa relação marcada por insegurança ontológica, e Moscovo a responder que não tem qualquer interesse em não concluir um acordo, reforçando a narrativa cooperativa numa lógica assimétrica face a Kiev, e assim reforçando a sua própria segurança ontológica. Estamos perante um ciclo de reprodução de insegurança ontológica, pois se por um lado a não assinatura de novos acordos pode trazer uma imagem de reforço da posição russa, por outro lado a diminuição da presença da Gazprom nas exportações de gás para a União terá um impacto muito significativo na economia da empresa e na política de segurança energética russa. Para a Ucrânia a situação de ansiedade permanente revela insegurança ontológica, donde o processo negocial pode trazer alguma certeza, embora num contexto de fricção com Moscovo em particular derivado da guerra e instabilidade no Leste, o sentimento de insegurança ontológica permanecerá. Quanto à União Europeia, o efeito em espelho face à Rússia replica-se, ou seja, a sua insegurança ontológica é reforçada num contexto de negociação cooperativo, mas as incertezas e ansiedade associadas à relação energética com a Rússia permanecem.

A alteração da política russa em relação à Ucrânia implicando redução nos fluxos altera as relações de forma estrutural implicando custos avultados para a economia ucraniana, com impacto claro na UE – quer em termos dos apoios desta à Ucrânia

7 Ver também Kuczyński (2018) e Pirani (2018c).

no âmbito dos novos acordos, quer em termos políticos, face à complexidade económica e social envolvida no desinvestimento russo. Contudo, um desinvestimento total russo da Ucrânia como país de trânsito poderá ter consequências geopolíticas desfavoráveis a Moscovo ao reduzir a sua capacidade de influência sobre as autoridades em Kiev (Korteweg, 2018, p. 5). A negociação dos “pacotes de inverno” no contexto da crise na Ucrânia por forma a evitar o suprimento dos abastecimentos que transitam via aquele país, mesmo num quadro de enorme tensão entre a UE e a Rússia demonstra como o diálogo se tem revelado importante nesta matéria. Por seu turno, as ações legais em curso envolvendo a Gazprom russa e a Naftogaz ucraniana, demonstram como a tensão está sempre presente nestas relações, tornando a questão do gás natural uma questão delicada na gestão da segurança energética europeia.

Os contratos energéticos entre a russa Gazprom e a ucraniana Naftogaz mantêm-se em vigor, mas têm sido violados por ambas as partes, o que já levou a decisões em sede judicial (Pirani, 2018a e 2018b)⁸. A Câmara de Comércio de Estocolmo tem estado a arbitrar as disputas que surgiram após a saída de Yanukovich do poder e a escalada de violência no leste da Ucrânia. O Tribunal Arbitral anunciou as suas decisões em fevereiro de 2018 incluindo nestas o facto de a Naftogaz ter pago entre abril de 2014 e novembro de 2015 taxas de importação demasiado elevadas; de que o volume de gás mínimo a ser pago pela Naftogaz – independentemente de ser vendido/consumido – deveria ser reduzido para um montante menor; de que a cláusula relativa à impossibilidade de revenda de gás russo pela Naftogaz seria inválida; de que o gás que abastece as áreas do leste da Ucrânia não pode ser cobrado à companhia ucraniana; de que a Gazprom não cumpriu com os valores mínimos de distribuição acordados e não pagou o valor relativo a este incumprimento contratual; e de que o pedido da Naftogaz para que novas tarifas introduzidas em 2016 fossem aplicadas foi rejeitado.

A Gazprom contestou estas decisões considerando-as “assimétricas” (Tass, 2018). Tomou ainda medidas concretas como por exemplo o cancelamento de exportação direta para a Ucrânia que estava prevista ser retomada após mais de dois anos de interrupção. Devolveu neste contexto pagamentos já feitos pela Naftogaz, que teve que assegurar outras alternativas para evitar cortes no fornecimento. A Gazprom argumentou que esta ação nada teve a ver com a decisão arbitral, mas antes com o facto de acordos que precisam ainda ser negociados estarem pendentes. Contudo, a questão política assume aqui contornos claros e parece difícil separar as decisões tomadas do contexto mais lato de enorme tensão entre os dois países. Apesar das disputas legais, o ministro russo da Energia, Alexander Novak assegurou a Comis-

8 Todas as referências aos acordos e disputas entre a Rússia e Ucrânia no caso Gazprom-Naftogaz, o processo judicial e as suas implicações têm por base Pirani (2018a e 2018b).

são Europeia de que o fornecimento “se mantém seguro como antes” e de que até que as decisões sejam conhecidas “não há qualquer risco relativo ao trânsito de gás pela Ucrânia” (Tass, 2018; Soldatkin e Zinets, 2018).

Enquanto que a Gazprom pretende diminuir ao máximo o trânsito do seu gás pelo território ucraniano, a UE entende que o uso destes gasodutos deve ser mantido. Os estudos revelam que o desvio dos abastecimentos russos não será total, uma vez que precisa da rede de gasodutos que atravessa o território ucraniano, mesmo que os projetos em negociação e construção entrem em pleno funcionamento, em particular o Nord Stream 2 e o TurkStream (Pirani, 2018a). Em relação ao primeiro, as dúvidas levantadas pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Dinamarquês vão atrasar o projeto⁹; quanto ao segundo, é expectável que a construção da primeira linha que transporta gás da Rússia para o ocidente da Turquia fique completa em finais de 2019 (Pirani, 2018a). No entanto, estes projetos estão ensombrados por questões judiciais, não só junto do tribunal arbitral, mas também da investigação que a Direção Geral da Concorrência da UE está a fazer à prática de preços da Gazprom, bem como obstáculos legislativos e regulatórios aos projetos Nord Stream 2 e TurkStream, como referido acima.¹⁰ De facto, a Rússia tem encontrado dificuldades na concretização do projeto Nord Stream 2, dada a legislação que a UE aprovou e que se prende com a necessidade das importações de recursos energéticos terem de ser certificadas em matéria de segurança. Face ao histórico da Gazprom, que inclui cortes de abastecimento, este processo pode tornar-se moroso. Além do mais, a Dinamarca mantém a sua posição e o litígio com a Gazprom continua, embora a linha do gasoduto que passa por território dinamarquês seja curta e a sua construção possa ser terminada no prazo de cerca de um mês (Riley, 2019). Quer a UE quer a Rússia entendem que a sua relação em termos de energia é relevante, como consumidores, produtores e países de trânsito. A narrativa de responsabilização pela segurança energética, com uma dimensão interna clara e com contornos transnacionais tem sido, no entanto, questionada, criando um contexto de incerteza e de insegurança ontológica. O receio de que crises políticas possam levar a ação concreta nos abastecimentos tem incrementado uma política de diversificação de ambas as partes, procurando contrariar a percepção de insegurança. As crises do gás como em 2006 e 2009, e mais recentemente no contexto de tensão na Ucrânia em 2015 levantam dúvidas quanto à confiança na regularidade dos abastecimentos, especialmente em tempos de tensão política ou económica, por seu turno reforçando inseguranças. Parece que de facto a evolução da questão do gás tem levado a uma tendência para bloquear eventuais oportunidades de maior cooperação e dificultar as possibilidades de articulação de um possível regime de segurança

9 Para maior detalhe sobre as questões legais levantadas ver Götzt (2018).

10 *Idem*.

energética para a Europa alargada, quebrando ciclos de ansiedade e abrindo espaço para maior confiança, certeza e segurança.

Insegurança Ontológica nas Relações Energéticas UE-Rússia: Notas Finais

Este artigo faz um exercício exploratório de análise das relações UE-Rússia em matéria de energia, especialmente gás natural, sob uma perspectiva de segurança ontológica. Desta análise exploratória fica claro que a percepção de insegurança ontológica na Rússia e na UE tem marcado a relação, imprimindo às narrativas de autonomia numa lógica interdependente assimétrica, um sentimento de ansiedade. A vontade de afirmação destes atores como promotores de segurança regional, projetando-a no nível interno e externo, revelou-se frágil face a um contexto onde a espiral de desconfiança e ansiedade domina as relações. A Ucrânia surge aqui como um elemento adicional de complexidade, demonstrando como a insegurança ontológica tem prevalecido. De facto, nenhum destes atores se sente reforçado em termos da sua segurança ontológica, pelo contrário, numa tentativa de reposição de narrativas consonantes às suas autobiografias, e em particular ao pressuposto papel de providenciar segurança que a UE e a Rússia incarnam, dinâmicas de insegurança ontológica têm prevalecido. A Ucrânia, enquanto país de trânsito em conflito aberto com a Rússia assume neste quadro um nível de insegurança ontológica mais evidente, face a um curso político que a Rússia desaprova, e à determinação de Moscovo de alterar projetos de abastecimento de forma a evitar rotas por território ucraniano. Apesar dos esforços da UE para equilibrar a questão dos abastecimentos energéticos ao país, os danos são enormes. A ansiedade face à Rússia domina a narrativa que se assume de oposição, procurando encontrar aí um espaço de redefinição identitária face a este “outro” que historicamente já foi muito próximo. Neste processo, onde a dimensão nacionalista ganhou força e pretende ser parte do reajuste narrativo do sentimento de insegurança ontológica de Kiev, a persistência do conflito no leste do país não permite dirimir ansiedade. As negociações em curso dos acordos energéticos que expiram a 31 de dezembro, apesar de consistirem numa dinâmica positiva, estão imbuídas de incerteza. Lógicas de adaptabilidade e autonomia estão longe de se concretizar em matéria de gás natural, e em particular no relacionamento com a Rússia, pressionando a sensação de insegurança ontológica na Ucrânia.

A competição e falta de confiança que se gerou, a par da guerra na Ucrânia e das consequências diretas que esta tem na relação UE-Rússia, não permite visualizar um cenário de cooperação avançada em matéria de energias fósseis entre as partes. Isto significa que todos perdem, uma vez que um regime de segurança energético na Europa alargada poderia melhor responder aos enormes desafios que vêm da Ásia e do Médio Oriente, com procura acrescida e dificuldades de assegurar forne-

cimentos, respetivamente, a dificultarem as escolhas. No entanto, e para já, as dinâmicas de interdependência entre a UE e a Rússia permanecem com uma grelha de gasodutos e oleodutos que as interliga de forma densa, exigindo entendimentos mínimos – um “casamento de conveniência”, como alguns lhe chamaram (Johnson, 2005) –, que permitam o cumprimento de fornecimentos, bem como dos rendimentos correspondentes. Contudo, este “casamento” tem sido marcado por incerteza e a insegurança ontológica que acarreta não contribui para maior segurança na Europa. As políticas de diversificação de abastecimentos e de novos investimentos que possam criar novos modelos de integração e cooperação regional não têm tido a capacidade de aproximar estes dois grandes atores – UE e Rússia –, com a percepção de insegurança ontológica que resulta da rivalidade e incerteza que permeia as relações a dificultar o potencial de criação de um regime de segurança energética para a Europa alargada.

Referências

- Bellomo, S., 2017. Judy Asks: Is Europe Too Dependent on Russian Energy? *Carnegie Europe* [em linha], 12 de julho. Disponível em: <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/71507> [consultado em 20 de julho de 2018].
- BP, 2019. *BP Statistical Review 2019: Russia's energy market in 2018* [pdf]. Disponível em British Petroleum (BP) [website] <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-russia-insights.pdf> [consultado em 8 de outubro de 2019].
- Browning, C. S., 2018. Geostrategies, geopolitics and ontological security in the Eastern neighbourhood: The European Union and the ‘new Cold War’. *Political Geography*, 62, pp.106-115.
- Browning, C. S. e Joenniemi, P., 2017. Ontological security, self-articulation and the securitization of identity. *Cooperation and Conflict*, 52(1), pp.31-47.
- Brzozowski, A., 2019. EU, Russia confident about Ukraine gas transit deal, despite tense talks. *Euroactiv* [em linha], 14 de junho. Disponível em: <https://www.euractiv.com/section/energy/news/eu-russia-confident-about-ukraine-gas-transit-deal-despite-tense-talks/> [consultado em 8 de outubro de 2019].
- Casier, T., 2011. Russia's Energy Leverage over the EU: Myth or Reality? *Perspectives on European Politics and Society*, 12(4), pp.493-508.
- CEIC, 2019. Russia Natural Gas: Exports. *CEIC Data* [em linha]. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/russia/natural-gas-exports>
- Conselho e Comissão Europeia, 1997. *Carta Europeia da Energia*, Decisão 98/181/CE, CECA e Euratom do Conselho e da Comissão, de 23 de setembro de 1997, relativa à conclusão pelas Comunidades Europeias do Tratado da Carta da Energia e do Protocolo da Carta da Energia relativo à eficiência energética e aos aspectos ambientais associados. Disponível

- em EUR-Lex [website] <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISUM%3A127028> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Croft, S. e Vaughan-Williams, N., 2017. Fit for purpose? Fitting ontological security studies 'into' the discipline of International Relations: Towards a vernacular turn. *Cooperation and Conflict*, 52(1), pp.12-30.
- Enerdata, 2019. Global Energy Statistical Yearbook 2019. *Enerdata* [em linha]. Disponível em: <https://yearbook.enerdata.net/natural-gas/world-natural-gas-production-statistics.html> [consultado em 20 de julho de 2018].
- European Commission, 2018. Energy Security Strategy. *European Commission* [em linha]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/energy/en/topics/energy-strategy-and-energy-union/energy-security-strategy> [consultado em 20 de julho de 2018].
- European Commission, 2015. *A Framework Strategy for a Resilient Energy Union with a Forward-Looking Climate Change Policy*, COM/2015/080 final, 25 de fevereiro. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee, the Committee of the Regions and the European Investment Bank, Bruxelas. Disponível em EUR-Lex [website] <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2015:80:FIN> [consultado em 20 de julho de 2018].
- European Commission, 2014. *Progress towards completing the Internal Energy Market*, COM(2014) 634 final, 13 de outubro. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, Bruxelas. Disponível em European Economic and Social Committee (EESC) [website] <https://www.eesc.europa.eu/resources/docs/com2014634-final.pdf> [consultado em 20 de julho de 2018].
- European Commission Energy Union and Climate, 2018. Energy union and climate: Making energy more secure, affordable and sustainable. Disponível em European Commission [website] https://ec.europa.eu/commission/priorities/energy-union-and-climate_en [consultado em 20 de julho de 2018].
- Feklyunina, V., 2008. The 'Great Diversification Game': Russia's Vision of the European Union's Energy Projects in the Shared Neighbourhood. *Journal of Contemporary European Research*, 4(2), pp.130-148.
- Freire, M. R., 2019. Russia Energy Relations: Geopoliticisation and the EU Perspective. Em Fernandes, C. e Rodrigues, T., eds., *The Future of Energy. Prospective Scenarios on EU-Russia Relations*. Nova Iorque: Nova Science Publishers.
- Freire, M. R., 2018. Socialization Practices and Dynamics of (In)Security in EU-Russia-Neighbours Energy Relations. Em Cucerescu, V. et al., eds., *The European Union and the Eastern Partnership: Security Challenges*. Chisinau, Cernauti and Tbilisi: ECSA Moldova.
- Freire, M. R., 2012. Russia's Energy Policies in Eurasia: Empowerment or Entrapment? Em Freire, M. e Kanet, R., eds., *Russia and Its Near Neighbours: Identity, Interests and Foreign Policy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Freire, M. R. e Simão, L., 2015. The Modernisation Agenda in Russian Foreign Policy. *European Politics and Society*, 16(1), pp.126-141.

- Gazprom, 2018. *Yamal megaproject*. [em linha]. Disponível em: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/mega-yamal/> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Götz, R., 2017. The Nord Stream 2 Dispute: Legal, Economic, Environmental and Political Arguments [pdf]. *Russian Analytical Digest*, No 221, 11 de junho, pp. 7-10. Disponível em Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich [website] <https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD221.pdf> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Götz, R., 2005. *Russia and the Energy Supply of Europe. The Russian Energy Strategy to 2020* (updated version). Working paper Research Unit Russia/CIS, FG 5 2005/06, October. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik/German Institute for International and Security Affairs
- Gusev, A. e Westphal, K., 2015. *Russian Energy Policies Revisited* [pdf]. SWP Research Paper, dezembro. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP)/German Institute for International and Security Affairs. Disponível em SWP [website] https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2015RP08_gsv_wep.pdf [consultado em 20 de julho de 2018].
- Hansen, F. S., 2016. Russia's relations with the West: ontological security through conflict. *Contemporary Politics*, 22(3), pp. 359-375.
- Hogselius, P., 2013. *Red Gas: Russia and the Origins of European Energy Dependence*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Johnson, D., 2005. EU-Russian Energy Links: A Marriage of Convenience? *Government and Opposition*, 40(2), pp. 256-277.
- Kapustin, N. O. e Grushevenko, D. A., 2018. Exploring the implications of Russian Energy Strategy project for oil refining sector. *Energy Policy*, 117, pp. 198-207.
- Kaveshnikov, N., 2010. The Issue of Energy Security in Relations between Russia and the European Union. *European Security*, 19(4), pp. 585-605.
- Kinnvall, C., 2006. *Globalization and Religious Nationalism in India: The Search for Ontological Security*. Londres: Routledge.
- Kinnvall, C., Manners, I. e Mitzen, J., 2018. Introduction to 2018 special issue of *European Security*: "ontological (in)security in the European Union". *European Security*, 27(3), pp. 249-265.
- Koranyi, D., 2018. The Trojan Horse of Russian Gas. *Foreign Policy* [em linha], 9:24 AM, 15 de fevereiro. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/02/15/the-trojan-horse-of-russian-gas/> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Korchemkin, M., 2019. With Gazprom's Nord Stream 2, Putin Is Getting Ready to Put the Screws on Europe. *Foreign Policy* [em linha], 6:24 PM, 7 de outubro. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/10/07/gazproms-nord-stream-2-will-help-putin-cut-off-natural-gas-supplies-to-europe/> [consultado em 8 de outubro de 2019].
- Korteweg, R., 2018. *Energy as a tool of foreign policy of authoritarian states, in particular Russia* [pdf]. Study requested by the AFET committee, European Parliament, 27 de abril. Policy

- Department for External Relations, Directorate General for External Policies of the Union. Disponível em European Parliament's online database Think Tank: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/603868/EXPO_STU\(2018\)603868_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/603868/EXPO_STU(2018)603868_EN.pdf) [consultado em 20 de julho de 2018].
- Kratochvíl, P. e Tichý, L., 2013. EU and Russian Discourse on Energy Relations. *Energy Policy*, 56, pp. 391-406.
- Kuczyński, G., 2018. *Ukraine-Nord Stream 2: Struggle Over Gas Transit*. Special Report, 30 dezembro. Varsóvia: Warsaw Institute.
- Kudrin, A. e Gurchik, E., 2015. A new growth model for the Russian economy. *Russian Journal of Economics*, 1(1), pp. 30-54.
- Ministry of Energy of the Russian Federation (MERF), 2010. *Energy Strategy of Russia For the period up to 2030* [pdf]. Approved by Decree N° 1715-r of the Government of the Russian Federation dated 13 November 2009. Disponível em European Strategy and Policy Analysis System (ESPAS) [website] https://espas.secure.europarl.europa.eu/orbis/sites/default/files/generated/document/en/ES-2030_%28Eng%29.pdf
- Mitzen, J., 2006. Ontological security in world politics: State Identity and the Security Dilemma. *European Journal of International Relations*, 12(3), pp. 341-370.
- Newnham, R., 2011. Oil, carrots, and sticks: Russia's energy resources as a foreign policy tool. *Journal of Eurasian Studies*, 2(2), pp. 134-143.
- Pirani, S., 2018a. The Decline and Fall of the Russia-Ukraine Gas Trade [pdf]. *Russian Analytical Digest*, No 221, 11 de junho, pp. 2-5. Disponível em Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich [website] <https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD221.pdf> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Pirani, S., 2018b. *After the Gazprom-Naftogaz arbitration: commerce still entangled in politics* [pdf], Oxford Energy Insight 31, março. The Oxford Institute for Energy Studies/University of Oxford. Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2018/03/After-the-Gazprom-Naftogaz-arbitration-commerce-still-entangled-with-politics-Insight-31.pdf> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Pirani, S., 2018c. *Russian gas transit through Ukraine after 2019: the options*. Oxford Energy Insight 41, novembro. The Oxford Institute for Energy Studies/University of Oxford. Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2018/11/Russian-gas-transit-through-Ukraine-after-2019-Insight-41.pdf> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Politico, 2017. State of the (energy) union: How the EU's really doing so far. *Politico* [em linha]. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/state-of-the-energy-union-how-the-eus-really-doing-so-far/> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Reuters, 2019. Russian gas transit via Ukraine jumps on Nord Stream maintenance. *Reuters* [em linha], 12:45 PM, 17 de julho. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-ukraine-russia-transit/russian-gas-transit-via-ukraine-jumps-on-nord-stream-maintenance-idUSKCN1UC1DM> [consultado em 8 de outubro de 2019].

- Reuters, 2017. UPDATE 1-Opal pipeline operating at full capacity – Gazprom. *Reuters* [em linha], 6:08 PM, 9 de agosto. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/gazprom-pipeline-opal-idUSL5N1KV5RH> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Reuters, 2016. EU mediates Russia, Ukraine gas dispute talks. *Reuters* [em linha], 1:20 PM, 9 de dezembro. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/ukraine-crisis-russia-gas/eu-mediates-russia-ukraine-gas-dispute-talks-idUSL5N1E4316> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Riley, A., 2019. The Third European Gas Crisis: Putin Tests the EU's Mettle. *The American Interest* [em linha], 16 julho. Disponível em: <https://www.the-american-interest.com/2019/07/16/putin-tests-the-eus-mettle/> [consultado em 8 de outubro de 2019].
- Ringel, M. e Knodt, M., 2018. The governance of the European Energy Union: Efficiency, effectiveness and acceptance of the Winter Package 2016. *Energy Policy*, 112, pp. 209-220.
- Sharples, J. D., 2013. Russian approaches to energy security and climate change: Russian gas exports to the EU. *Environmental Politics*, 22(4), pp. 683-700.
- Soldatkin, V. e Zinets, N., 2018. Russia tells EU gas supplies via Ukraine under no immediate threat. *Reuters* [em linha], 11:18 AM, 3 de março. Disponível em: <https://uk.reuters.com/article/uk-russia-ukraine-gas/russias-gazprom-says-has-started-ending-gas-contracts-with-ukraine-idUKKCN1GF0BA> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Steele, B., 2008. *Ontological Security in International Relations: Self-identity and the IR state*. Londres, Nova Iorque: Routledge.
- Stratfor, 2019. Russia and Ukraine Seek a Contentious New Gas Transit Deal. *Stratfor* [em linha], 9:00 GMT, 13 de setembro. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/russia-ukraine-natural-gas-transit-deal-eu-energy-cutoff> [consultado em 8 de outubro de 2019].
- Tass, 2018. Gas supplies to Europe remain as reliable as before – Russia's Energy Ministry. *Tass* [em linha]. Disponível em: <http://tass.com/economy/992651> [consultado em 20 de julho de 2018].
- Taylor, C., 2018. Exclusive interview Maros Šefčovič: Energy Union is “deepest transformation of energy systems since Industrial Revolution”. *Energy Post.eu* [em linha], 8 janeiro. Disponível em: <http://energypost.eu/interview-eu-commission-vp-maros-sefcovic-energy-union-deepest-transformation-of-energy-systems-since-industrial-revolution/> [consultado em 20 de julho de 2018].
- The European Union, 2014. Association Agreement between the European Union and its Member States, of the one part, and Ukraine, of the other part. *Official Journal of the European Union*, L 161, 29 de maio, pp. 3-2137. Disponível em European Commission [website] https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2016/november/tradoc_155103.pdf
- Trenin, D., 2009. Russia's Spheres of Interest, not Influence. *The Washington Quarterly*, 32(4), pp. 3-22.
- Van de Graafa, T. e Colgan, J. D., 2017. Russian Gas Games or Well-oiled Conflict? Energy Security and the 2014 Ukraine Crisis. *Energy Research & Social Science*, 24, pp. 59-64.

Vladimirov, M. e Stefanov, R., 2016. The Kremlin's Economic Grip on Europe. *Foreign Policy* [em linha], 12:27 PM, 23 de dezembro. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2016/12/23/the-kremlins-economic-grip-on-europe/> [consultado em 20 de julho de 2018].

Zarakol, A., 2016. States and ontological security: A historical rethinking. *Cooperation and Conflict*, 52(1), pp. 48-68.

Zarakol, A., 2010. Ontological (in)security and state denial of historical crimes: Turkey and Japan. *International Relations*, 24, pp. 3-33.